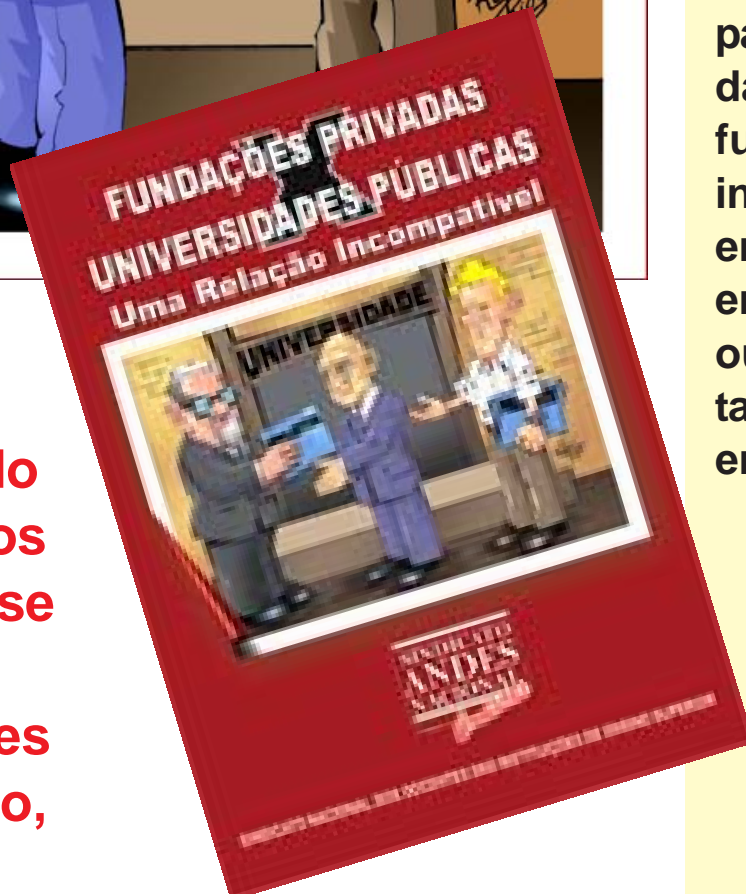


FUNDAÇÕES DE APOIO O QUE EXISTE POR TRÁS DELAS?



Os alertas e as denúncias que a ADUR-RJ vem fazendo nos diferentes espaços da UFRRJ começam se tornar públicos em algumas universidades do país, comprovando, mais uma vez, que estávamos certos.



A luta pelo fim das fundações privadas “de apoio” nas universidades pública ganhou mais força após a vitoriosa ocupação da reitoria da Universidade de Brasília - UnB. Pauta histórica do ANDES-SN, que há pelo menos duas décadas vem alertando a comunidade universitária para os aspectos negativos da relação entre as fundações privadas e as instituições públicas de ensino superior, a questão entrou de vez na pauta de outras organizações, que também pautam a defesa do ensino público e gratuito.

LEIAM. CERTIFIQUEM-SE DO QUE ESTÁ ACONTECENDO, E TIREM SUAS PRÓPRIAS CONCLUSÕES

As lixeiras do Senhor Reitor

Antônio Coscarelli (Professor da UERJ)

Há anos tem sido denunciada a nocividade das apelidadas “fundações de apoio” produzidas no interior de universidades públicas. Estaria aí implícita a intenção louvável de financiamento das atividades de pesquisa. Essa insinuação de um objetivo assumido por instituições públicas respeitáveis, de prestígio nacional, transmite um parecer de seriedade inexistente. No direito civil, tais instituições privadas são “fundadas na constituição de um patrimônio buscando determinado fim em benefício da coletividade”, o que não acontece nesses casos. A denominação, ela própria, é intencionalmente enganosa.

As alegações que justificam a necessidade dessas sociedades são baseadas na contraposição às normas em vigor para todo o serviço público e, em consequência, para toda universidade pública. “A lei impede a agilidade para as compras necessárias exigindo licitações; há impossibilidade de contratação de pessoal técnico competente ao exigir concurso público para o ingresso; a garantia de estabilidade no emprego desenvolve o descompromisso com a instituição; convênios são recusados por falta de CNPJ”. Apresentam essas e mais outras razões para concluir que as universidades públicas não deveriam ser tão públicas como exigem os indivíduos que não entendem as imposições extraordinárias da extensão e, sobretudo, da pesquisa. O ápice da desfaçatez se dá quando se assegura que a arrecadação do Estado nunca é suficiente para o integral financiamento das universidades públicas, como determinam as constituições do país e dos estados. Resta, então, uma solução mágica: apelar para uma sociedade sem fins lucrativos e sem patrimônio constituído. A justificativa, ela própria, é uma declaração de intenções ilícitas.

Há anos o movimento docente nacional, comprometido com o Andes-SN, vem empreendendo tenaz luta para demonstrar os malefícios ocasionados pelo descontrole

das verbas públicas quando eliminada, ou mesmo contornada a fiscalização necessária pelos órgãos competentes.

Moldadas ao feitio de empresas fechadas e sujeitas ao direito privado, as fundações são registradas para a “benemérita tarefa” de apoio à universidade em que instala a sua sede. Utilizam o subterfúgio de operarem “sem finalidade lucrativa” e conseguem movimentar vultosos recursos financeiros, por diversificados caminhos, sem compromissos com licitações e demais exigências a que devem se submeter os órgãos públicos. Preferencialmente, lidam com verbas públicas para prestações de serviços públicos de grande porte livrando-os de licitações e, em geral, os repassam para terceiros através de subcontratos superfaturados. Outras vezes, utilizam trabalho de pessoal da universidade, conotado como extra, e que permite reduzir o desgasto pelos salários sem reajustes por longos períodos de tempo. Tudo isso acontecendo sem qualquer relação com as atividades-fim da universidade. A alegação de ser “sem finalidade lucrativa”, ela própria, é falaciosa.

As fundações adquirem os contornos de empresas fantasmas, confundindo-se com as atividades da própria universidade, privatizam seu espaço, que deveria ser público, e exploram o prestígio de sua grife conquistado

com o trabalho universitário sério da maioria dos seus servidores atualmente com salários aviltados. Trata-se de uma apropriação ilegal de serviços privados disfarçados de públicos, sem os ônus dos tributos, aluguéis, previdência, balanços periódicos etc a que estão obrigadas as empresas normais. Tais isenções lhes conferem uma vantagem perversa na competição por espaço de trabalho com empresas, regularmente constituídas, de consultorias e de serviços, onde devem atuar profissionais oriundos das universidades prejudicados por desleal concorrência mercantil. Os prejuízos difusos afetam até a comunidade externa na disputa comercial.

Para coroar essa forma de privatização da universidade pública, governos responsáveis pelo seu financiamento condicionam ajustes salariais, e melhoria das condições de trabalho e estudo, à captação de recursos pela própria universidade. Claramente advogam o virtual provimento de máquinas registradoras ao aparelhamento da universidade a fim de reduzir o desembolso a que estão obrigados pela constituição. O estímulo à contravenção tem sido a tônica dos governos do Estado.

* *Texto cedido gentilmente pelo professor e pela equipe do jornal da ASDUERJ*

**APOIAR LUXO
COM DINHEIRO PÚBLICO
É A MAIOR SUJEIRA!**



**EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
FORA FUNDAÇÕES DE “APOIO”!**

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado, Luis Mauro S. Magalhães. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 2 mil exemplares

Saída pela porta dos fundos: Reitor da UnB renuncia ao cargo após pressão estudantil

O reitor da UnB (Universidade de Brasília), Timothy Mulholland, não resistiu à pressão dos estudantes e renunciou no dia 13 de abril. A comunicação foi feita por telefone ao ministro da Educação, Fernando Haddad, durante reunião realizada no dia citado, solicitada pela diretoria da ADUnB. Na ocasião, representantes do MEC e dos três segmentos da comunidade universitária se encontraram a fim de que fosse buscada uma solução pacífica para a situação da universidade.

No último dia 10, o vice-reitor da UnB, Edgar Mamiya, já havia apresentado o pedido de afastamento do cargo. A decisão acabou por atender também ao pedido dos cerca de 300 estudantes que ocuparam a Reitoria por quase duas semanas, em protesto contra a atual direção da universidade.

Timothy e Mamiya são acusados de desvio de dinheiro da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para gastos em festas e na reforma do apartamento funcional ocupado por Timothy. Na semana passada, o Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entraram na Justiça Federal com uma ação de improbidade administrativa contra Timothy Mulholland, e o decano de Administração, Érico Paulo Weldle. O Conselho Superior da Universidade de Brasília irá reunir-se para deliberar se os dois responderão a um inquérito administrativo.

Outras reivindicações em pauta e estudantes ainda estão na Reitoria

Os estudantes também exigem eleições paritárias para a direção da UnB e a convocação de um congresso para discutir e mudar o estatuto da universidade, o que inclui a forma de composição de todos os órgãos colegiados da instituição. Os dois temas são polêmicos.

Hoje, a UnB tem 2 mil professores, 2,3 mil técnicos e 20 mil alunos. A fórmula eleitoral é a chamada 70-15-15: o peso dos docentes corresponde a 70% do total da votação. “Queremos apenas a paridade. Acharmos que isso torna a eleição mais democrática e o resultado mais legítimo”, analisa Luiza Oliveira, uma das coordenadoras do Diretório Central dos Estudantes (DCE).



Foto: Agência Brasil

Consuni indica novo reitor

O Ministro da Educação propôs a indicação de um nome para reitor *pro tempore*. O Conselho Universitário deliberou, último dia 15 de abril, pelo nome do Prof. Roberto Aguiar, aposentado pela Faculdade de Direito da UnB. Ele terá 180 dias para convocar novas eleições. Uma das primeiras declarações do novo Reitor foi: “É imprescindível nesta universidade que todos os segmentos conversem. Não temos tempo para pequenos grupos. É um momento de grandeza. O pouco tempo que vou ficar aqui quero que exercitem o que vocês têm de maior. Nós passamos, a entidade fica. Nós passamos e temos que deixar uma marca ética”, afirmou Aguiar.

Com informações do O GLOBO, do Correio Braziliense do ANDES-SN

Reitor da Unifesp devolve dinheiro

O reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, devolveu ao Tesouro Nacional toda quantia do governo gasto por ele nos últimos dois anos, com cartão corporativo. A soma é de R\$ 85,5 mil.

Segundo jornais de grande circulação, em junho de 2006, durante a Copa do Mundo, o reitor da Unifesp fez compras em lojas de material esportivo na Alemanha. Em 2006 e 2007, o reitor viajou para os Estados Unidos, onde gastou, entre outras lojas, em compra de computadores e em hotel na Disney. A CPI do cartão corporativo estranhou o gasto de R\$1,5 mil para pagamento de despesas em um restaurante brasileiro.

Tribunal de Contas da União investigará fundações de apoio

De acordo com levantamento realizado pelo jornal O GLOBO, apenas em 2007, as 86 fundações credenciadas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia receberam R\$825 milhões do governo federal, sem um controle eficaz de sua destinação. Este montante deveria ser destinado ao financiamento de pesquisa. Porém, indícios de mau uso desses recursos levaram o TCU a iniciar uma auditoria nas fundações de apoio, nas próximas semanas.

Fonte: O Globo, 20 de abril de 2008

ANDES-SN participa de reunião com governo, que diz: não negociará com docentes

Representantes das seções sindicais do ANDES-SN participaram de audiência da Diretoria do Sindicato Nacional com representantes do MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão), no dia 9 de abril, na expectativa de continuidade da discussão das reivindicações dos docentes. Porém, o governo foi taxativo: o processo de discussão já havia sido encerrado.

A audiência foi realizada por solicitação do Sindicato Nacional, que desde dezembro de 2007 vinha solicitando ao Secretário de Recursos Humanos do Ministério, Duvanier Paiva Ferreira, que o processo de discussão entre o governo e o ANDES-SN tivesse continuidade.

Nesta audiência, que iniciou-se com duas horas de atraso, o representante do Ministério, Nelson Freitas, afirmou que a GED será transformada numa gratificação fixa – o que concretizará uma vitória do Movimento Docente e, particularmente, da base do ANDES-SN.

Porém, para o Sindicato Nacional, ainda há pelo menos quatro pontos (*destacados no quadro amarelo, ao lado*) que precisam ser rediscutidos antes da implementação das medidas anunciadas pelo governo na proposta assinada por ele e seus pares: CUT e Proifes.

O Sindicato Nacional e o governo divergem sobre os pontos do quadro ao lado. Também não têm acordo sobre todos os pontos da proposta repactuada, apresentada recentemente pelo governo federal, prevendo o reajuste docente. Durante a audiência, os representantes federais deixaram claro que o próprio governo desconhece como implementará os reajustes, se por meio de projeto de lei ou medida provisória.

De acordo com Nelson Freitas, essa questão será definida pela Casa Civil e não pelo MPOG. Embora as propostas para os docentes do ensino superior sejam relativas a 1º de março, e para os docentes de 1º e 2º grau sejam relativas a junho, o representante



Ricardo Borges

do governo não quis estabelecer uma provável data para a sua concretização.

O representante do MPOG também reafirmou que os professores da carreira de 1º e 2º grau poderão aderir à nova carreira assinando um termo de adesão individual cujos detalhes ainda não foram divulgados. “Não temos a menor idéia das exigências desse termo, por isso, chamamos a atenção dos docentes para essa questão, que pode trazer inúmeros prejuízos para a categoria. Temos que dar uma resposta coletiva, e não individual, a essa proposta do governo”, afirma Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN.

Para Rizzo, mais uma vez ficou claro que as propostas do governo para a carreira de 1º e 2º grau atendem unicamente à sua política de educação. “O Ministério da Educação tem alardeado uma grande expansão da educação tecnológica, o que não quer dizer que isso traga vantagens para a carreira docente em médio ou longo prazos. O governo está querendo implementar uma política destruidora da carreira docente, fruto de árduas lutas realizadas durante a década de 80.”

São quatro os pontos que o Sindicato Nacional entende que devem ser incorporados à proposta e ainda carecem de negociação:

Incorporação da GAE e da VPI;

Manutenção do critério percentual dos incentivos de titulação iguais para as carreiras do 1º, do 2º e do 3º grau e parte integrante do vencimento (aperfeiçoamento: 7,5%; especialização: 18%; mestrado: 37,5% e doutorado: 75%);

Estruturação das tabelas de vencimentos com degraus de 4,5% entre níveis e 9% entre classes, e de 12% entre Adjunto 4 e Associado 1, com a mesma relação valendo para o 1º e 2º grau;

Incorporação das gratificações com ajustes nos valores apenas para promoção da isonomia e paridade

SINASEFE assina acordo com governo para docentes de 1º e 2º graus

Os representantes do SINASEFE assinaram, em 04 de abril de 2008, o Termo de Acordo com o governo. A decisão foi tomada na 87ª Plena do SINASEFE, que considerou algumas vitórias conquistadas pela resistência do Movimento Docente.

Segundo o ofício nº 75/2008 do SINASEFE, um dos pontos que incentivou a assinatura do acordo foi, entre outros, a criação do Grupo de Trabalho que estudará os seguintes pontos:

- carreira estruturada e não nova carreira
- questões previdenciárias, aposentadoria especial e impactos jurídicos na estruturação da carreira
- garantia de tratamento isonômico para os docentes dos Colégios Militares e dos ex-territórios com os professores das instituições federais de ensino e carreira única, vinculada ao MEC, como também utilizar o termo de acordo aprovado na 86ª plena do Grupo de Trabalho previsto no Termo de Acordo.

Fonte: www.apufpr.org.br/noticias

Os termo de acordo pode ser lido na íntegra em www.sinasefe.org.br

Criticas a proposta de reajuste apresentada pelo governo federal

De acordo com o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, a categoria docente identifica as distorções que a proposta de reajuste salarial imposta pelo governo – com a conivência da CUT e do Proifes – introduzirá nas carreiras docentes. “Vamos insistir na continuidade das negociações para que tenhamos a chance de corrigi-las”, afirma Rizzo. Uma das distorções apontadas por Paulo Rizzo é a não incorporação da GAE ao vencimento básico ainda este ano, como o próprio governo havia admitido fazer durante as negociações. “Se o reajuste for, de fato, aplicado sobre a GED, que é outra gratificação, o vencimento básico continuará muito baixo”, explica.

Outro grave problema da proposta do governo, segundo Rizzo, é a criação de uma nova carreira para os professores de 1º e 2º grau. “Apesar de o governo aproximar a remuneração dos docentes da educação básica com a dos docentes do ensino superior, distancia ambas as carreiras ao criar um arremedo de carreira em substituição à atual”, ressalta o presidente do Sindicato Nacional.

O ANDES-SN continuará trabalhando em parceria com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) para recuperar os princípios da carreira docente, mesmo considerando o fato de que a entidade optou por assinar o termo de acordo proposto pelo governo, apesar de todas as distorções para os professores de 1º e 2º graus. “A decisão foi tomada pela base deles e temos que respeitá-la”, afirma Paulo Rizzo.

SETOR DAS FEDERAIS

Docentes devem discutir atuação do ANDES no Parlamento

Conforme deliberação da reunião do Setor das Federais de 5 e 6 de abril, o ANDES-SN convocou as seções sindicais para acompanharem a audiência com o Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Logo após a audiência em Brasília, houve nova reunião do Setor das Federais, para que os representantes das seções sindicais avaliassem os resultados da audiência com o governo. Os professores estão decepcionados com o tratamento dispensado pelo MPOG, que declarou que não irá mais dialogar com o Sindicato Nacional sobre o reajuste salarial dos docentes.

Assim, enquanto o governo não editar a Medida Provisória ou o Projeto de Lei que regulamenta a questão do reajuste salarial, o Setor das IFES indica que as seções sindicais discutam, em Assembléia de base, a forma de atuação do Sindicato Nacional frente ao Parlamento, apontando em que medida o ANDES-SN deve interferir no processo de tramitação da MP ou do PL no Congresso.

O Setor das IFES determina ainda que as seções sindicais discutam a participação do ANDES-SN nos Grupos de Trabalho que o governo pretende constituir para discutir a carreira docente. Serão dois GTs – um para debater a carreira de ensino superior e outro para discutir a carreira de ensino médio e fundamental. De acordo com os informes do Setor das IFES, o governo tem feito restrições à participação do ANDES-SN nestes Grupos de Trabalho porque o Sindicato Nacional não é signatário do termo de acordo firmado entre governo e governo (CUT e Proifes), em dezembro de 2007.

A mais nova proposta do governo



Charge de Wilton Pontes (ADUFPE)

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE

Professores mantêm indicativo de greve sem data

**Professor,
participe das
assembléias da
ADUR-RJ.
Queremos
ouvi-lo! Venha
debater
conosco e,
juntos,
lutarmos pela
Universidade
Pública,
Gratuita e de
Qualidade!**



**CHEGA DE MENTIRAS:
servidores públicos
federais protestaram
em todo o país, último
dia 1º de abril, contra as
mentiras do governo
federal!**

A ADUR-RJ está em Assembléia Geral Permanente há mais de um mês. Semanalmente, a seção sindical tem realizado assembléias para que os filiados possam estar informados sobre os últimos acontecimentos do cenário nacional e para que possam deliberar sobre os principais temas em pauta nas seções sindicais da base do ANDES-SN: campanha salarial 2008 e indicativo de greve.

Assim, depois de vários debates que têm sido travados em assembléias da ADUR-RJ, os professores deliberaram, na AG de 8 de abril, que a Associação dos Docentes da UFRRJ decretaria indicativo de greve, embora ainda sem data. O indicativo de greve representa um forte instrumento de pressão, e serve para fortalecer o ANDES-SN frente às lutas que ele vem travando com o governo federal.

Os professores reconhecem que o governo busca dividir a categoria ao convidar o Proifes - Fórum de Professores das IFES - para participar dos debates acerca do reajuste salarial docente. Entendem que a estratégia divisionista também contou com o apoio da CUT - Central Única dos Trabalhadores - que assim como o Proifes, não possuem legitimidade para falarem em nome da classe docente.

- AG de 15 de abril -

A última assembléia realizada pela ADUR-RJ S. Sind. ocorreu em 15 de abril, quando os presentes puderam debater sobre os encaminhamentos indicados pela reunião do Setor das IFES em 9 e 10 de abril.

Um dos encaminhamentos da última reunião do Setor foi indicar que as seções sindicais discutissem sobre a forma de atuação do ANDES-SN no Parlamento, quando o governo editar a MP ou o PL

que concederá o reajuste à categoria docente (*veja matéria na página 5*).

Sobre esta recomendação do Setor das IFES, os professores aprovaram o seguinte: “Considerando que os docentes não têm reajuste salarial há muito tempo, o ANDES-SN não deve se colocar frontalmente contrário ao PL ou MP que, em última instância, representa um aumento salarial para a categoria. Colocar-se contrário, agora, pode ser mal interpretado, tendo em vista a propaganda oficial de reajustes significativos para os docentes e algumas vantagens conseguidas em decorrência da luta do próprio Sindicato Nacional, no que diz respeito, por exemplo, à paridade entre ativos e aposentados, dentre outras. No entanto, o ANDES-SN deve fazer um criterioso levantamento das distorções existentes nas tabelas e divulgá-lo amplamente no Congresso Nacional e nas universidades.

Nesse levantamento deve constar nossas bandeiras de luta em relação à carreira e o que já foi incorporado nas tabelas, mostrando claramente que esses ‘ganhos’ políticos foram conseguidos a partir de propostas do ANDES-SN e de sua ação junto à mesa de negociação, enquanto ainda participava dela. O objetivo é desmascarar o proifes, que está divulgando vitórias políticas do ANDES-SN como decorrentes de ações dele (braço sindical do governo), e jogando os professores contra o Sindicato Nacional que os representa, em pleno acordo com os interesses do governo”.

Na ocasião, aprovou-se também que o ANDES-SN deve dar continuidade à sua atuação política, lutando para que o governo restabeleça as negociações com o Sindicato Nacional, não cedendo espaço ao Proifes - entidade chapa branca. Então, o Sindicato Nacional deve participar de toda e qualquer reunião com representantes do governo federal.

Quanto ao último ponto de pauta na

AG do dia 15 de abril, indicativo de greve, os professores, consideraram importante mantê-lo ainda que sem data.

**Próxima assembléia da ADUR
acontecerá no dia 30 de abril,
às 9h, na sede da associação.**

ADUR: participação nos debates nacionais

A ADUR-RJ tem enviado representantes às reuniões do Setor das IFES e dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, em Brasília, participando ativamente das deliberações e ações do Sindicato Nacional. Recentemente, os diretores Lenir Lemos Furtado Aguiar e Lenício Gonçalves participaram da reunião do Setor das Federais, que analisou detalhadamente as tabelas de reajuste salarial enviadas pelo governo ao ANDES-SN.

A ADUR-RJ também tem participado ativamente dos Grupos de Trabalho do Sindicato Nacional, e enviou ao GTPE, nos últimos meses, os diretores José dos Santos Souza e Celia Regina Otranto, e as professoras Ana Cristina Souza dos Santos (IE/DTPE) e Gabriela Rizo (IM/DES) para reuniões em Brasília, com o intuito de discutir a política educacional para as instituições públicas de ensino superior.

Para as reuniões do GTPFS (Grupo de Trabalho em Política de Formação Sindical), a ADUR-RJ enviou os professores Luis Mauro S. Magalhães e Rômulo Garcia Andrade. O GTPFS discute a participação do Sindicato Nacional no Congresso da Conlutas, que ocorrerá no segundo semestre deste ano. Em cada assembléia, os professores têm sido informados sobre os últimos encaminhamentos vindos de Brasília.

Advogado da ADUR-RJ soluciona dúvidas sobre pagamento de anuidade aos Conselhos Profissionais

Indagam professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, via sua associação de classe – ADUR SEÇÃO SINDICAL DO ANDES/SN, sobre a necessidade de pagamento de anuidades aos Conselhos de Classe aos quais vinculados, tendo em vista um conjunto de fatos havidos nos últimos meses, cujos principais aspectos estaremos abordando nesse opinativo, de modo a orientá-los como proceder em razão das ocorrências até agora registradas e das quais ciência nos foi dada. No entanto, considerando o teor do assunto e como vem sendo suscitado pelos interessados, daremos a este a dinâmica de perguntas e respostas, tentando, com isso, aclarar tudo o que nos foi encaminhado.

Por Marcelo Chalréo

O professor filiado/associado a algum conselho classista deve continuar pagando essa entidade ?

- Sim, o professor que se mantém associado ou filiado a uma entidade dessa natureza deve continuar honrando o compromisso de pagamento das anuidades, posto ser isto um mandamento de natureza legal, ou seja, decorrer dos estatutos dessas corporações.

O professor que até hoje é associado e não pagou anuidades dos anos anteriores é responsável por esse pagamento?

- Sim, o professor que se manteve ou se mantém associado é responsável pelos pagamentos vencidos e não honrados até a data do rompimento desse status, podendo inclusive ser acionado judicialmente para pagamento dessa dívida. Deve ser observado, contudo, limite prescricional retroativo para a cobrança, em geral de 05 (cinco), por se tratar de uma contribuição com características fiscais.

Como devo proceder para não mais dever ao conselho da classe ?

- Se há dívidas em atraso, a recomendação é de que sejam quitadas, preferencialmente em negociação direta com cada entidade, que geralmente facultam parcelamentos com esse objetivo. A seguir, deve pedir o desligamento, cancelamento ou suspensão do vínculo com o respectivo conselho, valendo anotar que os estatutos das entidades prevêm, em geral, modalidades distintas de cessação, temporária ou definitiva, da vinculação.

Sendo professor universitário é necessário manter o vínculo com o conselho da classe ?

- Isso depende. Se o professor exerce apenas atividades docentes propriamente ditas, não é necessário, como regra geral, manter-se associado à entidade. No entanto, mister observar que caso o professor exerça outra atividade profissional vinculada à sua formação, por exemplo, exerce a de médico veterinário em caráter privado ou público (no caso de possibilidade de acumulação de cargos, para essa última hipótese), será necessário o pagamento à entidade. Deve ainda ser considerado, caso em que obrigado o vínculo e o pagamento das anuidades, a circunstância do professor também desempenhar atividades de extensão e/ou colaboração profissional com outras instituições, privadas ou públicas, que lhe requerer a emissão de laudos, pareceres, consultas e atos semelhantes (na condição de expert), e que tenham repercussão e influência extra-muros da Universidade; nessa hipótese, como esses atos não são exatamente próprios da docência, é recomendável a manutenção da inscrição e o pagamento da anuidade, até para que não seja ao interessado imputado exercício ilegal da profissão.

E se o edital do concurso que prestei para a Universidade exigia a inscrição no conselho da classe como pré-condição para participação no certame, como devo proceder hoje, tendo em vista que me restrinjo exclusivamente à docência, ou seja, leciono, pesquisa e limito minhas atividades de extensão ao que é próprio e específico da área em que leciono ?

- Nesse caso, não creio ser necessária a

manutenção do vínculo com o conselho da classe, pois em sua grande maioria os editais que formulam esse tipo de exigência o fazem para que se possa aferir alguma experiência prévia do interessado na condição de postulante do cargo público. Logrando este, pós-ingresso na Universidade, alcançada sua efetivação no serviço público, situar-se na hipótese primeira da resposta anterior, não vejo necessidade de manter o vínculo.

Na hipótese de uma vez cessado, por quaisquer das modalidades antes apontadas, minha vinculação com o conselho da classe, posso eu volver a obter minha inscrição no mesmo caso isso seja de meu futuro interesse ?

- A resposta é positiva, pois isso em regra é permitido. Em outras palavras, cessado temporariamente o vínculo, pode o mesmo ser posteriormente retomado, de acordo com as regras de cada corporação de ofício. Deve-se observar, contudo, que isso não se dará em caso de exclusão por falta ético-profissional do interessado, quando, salvo melhor juízo, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional junto ao ente corporativo.



ADUR-RJ realiza mesa redonda no IM/UFRRJ

A importância da organização dos docentes na construção da Universidade Pública

Dia 14 de outubro, a ADUR-RJ organizou uma mesa redonda para discutir a importância da organização dos docentes na construção da Universidade Pública, no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, em Nova Iguaçu. A mesa redonda, na verdade, transformou-se em um bate papo entre os professores do IM e o Diretor do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch; os Diretores da ADUR-RJ, José dos Santos Souza e Celia Regina Otranto; e o candidato à primeira vice-presidência da regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, Luis Mauro Magalhães, e marcou o início da campanha eleitoral do ANDES-SN na UFRRJ.

Os quatro apresentaram-se e fizeram explicações sobre a atual conjuntura política, situando os professores do IM quanto à luta do Sindicato Nacional e de suas seções sindicais por reposições das perdas salariais, abertura de concursos públicos, a defesa por melhores condições de trabalho e por uma Universidade Pública de qualidade. Criticaram duramente o Reuni e outras medidas que tentam enfraquecer ainda mais os pilares das instituições públicas de ensino.

Luiz Henrique Schuch disse que os professores devem se unir para enfrentar as inúmeras tentativas do governo federal em desmontar as universidades públicas, já que a política econômica do Brasil está cada vez mais comprometida com os interesses do setor privado e da mundialização do capital. Alertou aos professores que o ANDES-SN é o único Sindicato que possui legitimidade para representar a categoria docente de ensino superior, e que política de governo não faz a Universidade. “A Universidade



Foto: Aline Pereira

Da esquerda: José dos S. Souza, Celia R. Otranto, Luis Mauro Magalhães e Luiz Henrique Schuch

é fruto de uma construção coletiva. Não temos que esperar pelo governo e pela Reitoria. Somos uma fortaleza viva quando nos unimos e lutamos por mais investimentos no ensino público e em educação de qualidade.

Os Diretores da ADUR-RJ disseram que a seção sindical vai estreitar ainda mais os laços com os docentes do Instituto Multidisciplinar, e que é de suma importância que todos estejam juntos, pois, estão unidos a partir da condição de trabalhadores. Então, disseram, é preciso encontrar o caminho para a mobilização docente.

O Prof. Luis Mauro Magalhães, ex-Diretor da ADUR-RJ, conclamou os professores a participarem das eleições do ANDES-SN, que acontecem em maio, e elencou as principais lutas que têm sido travadas pelo Sindicato Nacional e, conseqüentemente, pela ADUR-RJ. Disse que o Sindicato é o *locus* de resistência da categoria, e que todos devem tomar parte.

Após o evento, o prof. Luis Mauro e a profa. Celia Otranto panfletaram nos dois prédios do IM, divulgando as eleições do ANDES-SN e informando aos docentes a importância da participação no processo eleitoral.



Eleições para Diretoria do ANDES-SN, biênio 2008/2010

13 e 14 de maio, na sede da ADUR-RJ

Chapa nominal completa publicada em www.andes.org.br

Comissão eleitoral:

- 1. Presidência (Diretoria da ADUR): Celia Regina Otranto e Lenir Lemos Furtado Aguiar**
- 2. Membros indicados pela chapa: Ana Cristina Souza dos Santos, Rômulo Garcia Andrade, Frederico José Falcão, Lia Maria Teixeira de Oliveira.**

**Professor, não deixe de votar!
Seu voto faz a diferença!**